

Senado abre torneira

ECONOMIA • 57

para Estados

BEATRIZ ABREU

BRASÍLIA — O Senado se transformou, este ano, numa Casa da Moeda disfarçada, atendendo a praticamente todos os pedidos de governadores para maior emissão de títulos estaduais, elevando perigosamente o endividamento dos Estados. Os títulos lançados foram absorvidos principalmente pelos bancos dos próprios Estados emissores. Os bancos, para venderem esses papéis a investidores, passaram a oferecer juros altos, muito acima dos pagos por bancos privados. Resultado: liquidação pelo Banco Central de oito instituições oficiais de crédito, que não tinham mais dinheiro, e sim títulos estaduais.

Só com a liquidação dos bancos estaduais (Piauí, Rio Grande do Norte e Paraíba, além da Caixa Econômica de Goiás) veio à tona um fato preocupante: enquanto o Governo federal luta para reduzir seu déficit, os Estados o aumentam pesadamente. Hoje, a dívida dos Estados é de aproximadamente Cr\$ 800 bilhões, o correspondente a 40,5% da dívida pública em poder do mercado. Há menos de um ano, a parte dos Estados na dívida pública brasileira não passava de 15%, segundo o Presidente do Banco Central, Ibrahim Eris.

Trata-se de um jogo de pressões, em que assessores do Legislativo manipulam o Executivo, por não fixar o limite do endividamento, e membros da equipe econômica não escondem o descontentamento com senadores, que fecharam os olhos ao programa de ajuste.

De modo geral, os Estados recorreram a um maior endividamento desde que a emissão de títulos deixou de ser uma decisão do Executivo, passando à esfera do Senado, com a

aprovação da resolução 94, no passado. São Paulo, Rio, Minas Gerais e Rio Grande do Sul lideram os pedidos para emitir títulos estaduais, segundo informações obtidas junto aos arquivos do Senado. No Banco Central, o assunto é tabu, e o Diretor de Política Monetária, Luis Eduardo Assis, prefere não ver a lista dos Estados com endividamento em patamar de risco publicada nos jornais.

A situação de maior endividamen-

to estadual foi prevista há um ano, quando a Constituinte garantiu ao Senado o poder privativo de autorizar a emissão de títulos estaduais. Na época, assessores do então Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, tentaram, sem êxito, que os parlamentares fixassem parâmetros ao endividamento. Venceram os secretários de Fazenda dos Estados, que conquistaram direito à emissão sem considerar a dívida já contraída.

— Os senadores aprovam os pedidos sem a preocupação com o futuro ou capacidade de pagamento do Estados — admite o assessor legislativo José Roberto Afonso, com trânsito no gabinete do Deputado José Serra, que participou das discussões no ano passado. Segundo ele, o Executivo também tem sua parcela de responsabilidade no episódio, porque não consolidou o estoque da dívida, como manda a Constituição.

Mas era difícil uma articulação para uma saída negociada entre Executivo e Legislativo, como reconhece o assessor parlamentar e Diretor Adjunto do Tesouro Nacional, Álvaro Manoel.

— O ex-Presidente Sarney nada fez, porque estava em fim de mandato e os governadores se mobilizaram, porque estavam no auge para a campanha eleitoral deste ano — observa José Roberto Afonso.